

Local : Bavária Mar Hotel

Rua Nereu Ramos, 605

Garopaba

Data : 23/03/06

Horário: 14:00 horas

Presentes

Secretaria de Estado da Saúde:

Carmen Emília Bonfá Zanotto, Maria Teresa Locks, Flávio Magajewski, Arion Bet Godoi, Luis Antônio Silva, Raquel Ribeiro Bittencourt, Hanna Karine Barcelos.

Conselho de Secretários Municipais de Saúde:

Celso Luiz Dellagiustina (Lontras), Orlando Fávero (Luzerna), Márcia Teresinha Anacleto (Rio do Sul), Maria Luiza Marcon (Concórdia), Silvano de Pariz (Quilombo), Tadeu Geronasso (Mafra), Adjalma Mastella (Nova Veneza), Eloi Trevisan (Pinhalzinho), Noeli Pinheiro (Rancho Queimado).

Desenvolvimento dos trabalhos

A 111ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 14h 20 min, sob a coordenação de Carmen Bonfá Zanotto com a presença dos membros acima descritos.

Documentos Recebidos

Ofício 03/06, da Prefeitura Municipal de Saúde de Flor do Sertão, solicitando aumento AIHs em virtude do aumento da população devido a construção de uma Central Hidrelétrica no município;

Ofício 2180/06, da Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina (AMUNESC), comunicando a composição da coordenação do seu Colegiado.

APROVAÇÃO DA ATA

Aprovada a Ata da sessão de 23/02/06, com as ressaltas incorporadas na mesma.

- **TEMAS PARA DELIBERAÇÃO**

ACOMPANHAMENTO DO TETO FINANCEIRO - TRS (COMPENSAÇÃO TETO E REDISTRIBUIÇÃO TETO DO DESCONTO)

- Aprovado teto financeiro TRS, conforme cópias das deliberações nºs 17,18 e 19, anexas.

- **b) REDE ESTADUAL CD-4 CD-8 CARGA VIRAL**

O Diretor de Vigilância Epidemiológica, Luis Antonio Silva, disse que o objetivo da pactuação da rede é aumentar o número de exames CD4/CD8 e carga viral no Estado de Santa Catarina. Explicou que as cotas poderão ser avaliadas constantemente em função da capacidade produtiva de cada laboratório, com a possibilidade de redistribuição, de modo a não haver demanda reprimida. Respondendo à questão da falta dos kits para exames, disse que tão logo aprovada a proposta apresentada, bem como a homologação por parte do Ministério da Saúde, será fornecido o número necessário para a quantidade de exames realizados.

O Coordenador CIB/COSEMS, Celso Luiz Dellagiustina, sugeriu aos municípios que fizessem solicitação formal do referido material.

Aprovada a Organização da Rede de Laboratórios de Carga Viral e Contagem de Linfócitos CD4/CD8 em Santa Catarina, conforme parecer técnico da DVE, anexo.

- **c) HOMOLOGAÇÃO DO PROJETO PÓLO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ**

Aprovada a homologação do Projeto Seminário Regional de Humanização do Pólo de Educação Permanente em Saúde da Região do Médio Vale do Itajaí, conforme parecer técnico da Diretoria de Desenvolvimento Humano, anexo.

Conforme acordado foram incluídos **outros** itens na pauta, conforme segue.

d) CREDENCIAMENTO DO SERVIÇO DE RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA

- Aprovado o credenciamento do serviço de Residência Terapêutica - Residencial Atena, conforme parecer técnico da Gerência de Atenção Básica, anexo.

e) PPI VIGILÂNCIA EM SAÚDE

- Aprovada a PPI - Vigilância em Saúde/2006, de acordo com a pactuação do Estado de Santa Catarina e o Ministério da Saúde, conforme parâmetros de acompanhamento das ações, anexo.

f) CEO (OFÍCIO CANOINHAS - ESCLARECIMENTO ALIMENTAÇÃO DO SISTEMA, MAIS CONTRAPARTIDA DO ESTADO)

- O Coordenador CIB/COSEMS disse que o assunto foi pautado no sentido de reforçar deliberações prévias da Mesa. Destacou que a primeira deliberação diz respeito ao repasse do custeio mensal do Ministério da Saúde e do Estado aos Centros de Especialidades Odontológicas, que efetivamente estivessem em funcionamento; a segunda, refere-se a necessidade da apresentação, por parte dos municípios sedes dos CEOs, das pactuações feitas com os municípios vizinhos, para que pudessem receber a contrapartida do Estado; por último, a determinação da elaboração de Boletim constando o nome do usuário e sua procedência, de forma a confrontar com a PPI ambulatorial. Propôs que fosse feito um estudo a respeito das primeiras pactuações de implantação dos CEOs, de forma a verificar o interesse dos municípios, possibilitando, assim, a substituição por aqueles que efetivamente querem implantar, para que haja uma cobertura maior do Programa Brasil Sorridente.
- O Diretor Luis Antonio disse que seria novamente comunicado aos municípios e que seriam cumpridos todos os encaminhamentos dados pela CIB.
- Sendo assim, foi aprovado o reforço das deliberações descritas acima, bem como, se não houver cumprimento do estabelecido, a Gerência de Atenção Básica deverá propor suspensão dos recursos referentes aos incentivos estadual e federal, ouvida a CIB.

g) AUMENTO AIHs FLOR DO SERTÃO

- Aprovada a solicitação do município de Flor do Sertão, no que se refere ao acréscimo de três AIHs/mês, justificado pelo aumento repentino da população, devido a construção de uma Central Hidrelétrica no município.

- Da mesma forma, foi aprovada a solicitação do município de Águas Doces (três AIHs/mês), tendo em vista o aumento da população devido a fixação de assentamentos no município.

- **h) CARDÍACA - ITAJAÍ**

- O Coordenador CIB/COSEMS disse que, conforme discutido na reunião prévia do COSEMS, a questão da solicitação do credenciamento de Itajaí (Hospital Marieta Konder Bornhausen) em Alta Complexidade em Cirurgia Cardíaca, foi proposto encaminhar o pedido à Câmara Técnica e aprovar o credenciamento somente após a publicação global da Portaria de Impacto Financeiro, bem como, desde que fosse com recurso novo.

- A Coordenadora CIB/SES, Carmen Zanotto, complementou dizendo que é preciso observar que a Portaria do dia 09/03/06 credenciou apenas os serviços de alta complexidade de Cirurgia Cardíaca e Vascular, e que, basicamente, corresponde à alteração ou credenciamento, e não serviço novo para Santa Catarina. Ressaltou que o Ministério da Saúde, através de contato telefônico, garantiu que a Portaria seria publicada com efeitos retroativos a 09/03/06, e que, após sua publicação, a SES reunirá os gestores, bem como os prestadores dos serviços de Cardiologia e Vascular, para refazer as pactuações. Esclareceu que Santa Catarina não tem os 100% dos recursos financeiros, devido ao conjunto de serviços que estão sendo credenciados.

- **PLANO ESTADUAL SAÚDE DO TRABALHADOR / CEREST**

- O Coordenador CIB/COSEMS, propôs a homologação da aprovação do Plano, em respeito à indicação do Conselho Estadual de Saúde, e pelo que determina a Portaria 2437/GM/05. Ressaltou que, conforme preconiza a referida Portaria, há possibilidade, nesse primeiro momento, da implantação de apenas quatro CERESTs, sendo agraciados os municípios de Florianópolis, Lages, Criciúma e Chapecó. Mencionou que as solicitações de Joaçaba e Concórdia serão definidas pela Região Meio Oeste, e quanto à solicitação da Região Norte, também será definida pela própria Região. Disse que os outros municípios devem seguir a determinação da Portaria, ou seja, para a ampliação dos CERESTs será necessária a solicitação de credenciamento à CIB.

1. O Diretor de Políticas de Saúde da SES, Flávio Magajewisk, disse que o Plano não define quais os municípios, mas sim, que os CERESTs são macrorregionais. Acrescentou que o Plano destaca quais os módulos assistenciais que fazem parte de cada macrorregião, e que sugere a implantação de um CEREST em algum dos municípios que esteja habilitado.
2. O Coordenador CIB/COSEMS disse que a CIST não é pactuadora das definições dos locais dos CERESTs. Destacou que com relação às duas macrorregiões, que ainda não foram contempladas, deve-se ao fato que não encaminharam a documentação necessária para o Ministério da Saúde, não tendo dessa forma, completado o Plano Diretor de

Regionalização. Salientou que se tiver que haver alteração deverá primeiramente ser aprovado pelo CES, e que a CIB tem o papel de fazer a avaliação técnica do Plano e homologá-lo. Esclareceu que a Portaria prevê sete CERESTs, sendo um Estadual, dois Regionais que já estão implantados, e que para os outros quatro dar-se-á preferência àqueles que já estão com a documentação no Ministério. Com relação aos que não completaram a documentação, disse que ficarão na fila de espera em prioridade para programar, e aos demais, que não estavam previstos no Plano, a partir do parecer da CIST, indicando a necessidade, deverão efetuar a solicitação à CIB.

3. A Coordenadora CIB/SES disse que na lógica do PDR o Plano garantiu um CEREST para cada uma das macrorregiões e um estadual. Salientou que nada impede de ter mais de um Centro numa macrorregião, e que a escolha do município será discutida com a CIST, que faz o controle social, mas que a SES, enquanto gestora estadual, pede que dentro da lógica do PDR seja garantido o atendimento em cada macro.
4. Acordado por consenso a homologação do Plano Estadual de Saúde do Trabalhador aprovado pelo CES, contemplando os municípios de Florianópolis, Criciúma, Lages e Chapecó com a implantação dos CERESTs, recomendando que os municípios que já estão credenciados devem adequar-se à Portaria num prazo de três meses, e os demais devem implantar seus serviços atendendo os requisitos do artigo 7º da Portaria, bem como, aos municípios que se habilitaram na CIST, que façam a solicitação à CIB, para que na seqüência, seja pleiteado o recurso ao Ministério da Saúde.

j) OXIGENOTERAPIA

- A Coordenadora CIB/SES disse que seria feito um levantamento do número de processos relativos à oxigenoterapia, bem como das situações de operacionalizações dos mesmos.

Ficou aprovado que fosse reforçada a Deliberação nº 27/CIB, referente ao Manual de Oxigenoterapia Domiciliar e que a SES, assim como os municípios em Gestão Plena, fizessem cumprir a mesma.

k) SAMU

- O Coordenador CIB/COSEMS agradeceu o empenho da Diretora Carmen Bonfá Zanotto, no que se refere à busca dos recursos financeiros em atraso, junto ao Ministério da Saúde. Colocou sua preocupação a respeito da ausência da garantia das pactuações feitas pelos municípios para a sede administrativa do SAMU, no sentido de que fosse reforçada tal situação por parte da CIB.

Propôs alguns encaminhamentos, conforme segue: 1 - que a CIB determine aos municípios inadimplentes a obrigatoriedade do cumprimento do que foi pactuado; 2 - que seja formada uma Comissão composta por um representante de cada SAMU (Regional) para a discussão dos critérios de garantia do efetivo cumprimento das pactuações intermunicipais, bem como para propor à CIB mecanismos de penalidades aos inadimplentes; 3 - que o município de Nova Trento seja ressarcido pelo Fundo Estadual de Saúde (Ajuste CIB), das diferenças relativas à inadimplência dos municípios vizinhos, entre os quais ficou estabelecida a manutenção do serviço; 4 - que seja feito por parte dos municípios inadimplentes com Nova Trento, o pagamento ao Estado dos valores adiantados aos municípios. Por último sugeriu a realização de um encontro técnico de reavaliação do SAMU nas regiões já implantadas.

- Aprovado os encaminhamentos acima descritos.

• **DISCUSSÃO E ENCAMINHAMENTOS**

a) VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ATUALIZAÇÃO DAS PENDÊNCIAS, REAVALIAÇÃO DAS PLANILHAS, PRAZOS E ADEQUAÇÕES)

- O Coordenador CIB/COSEMS propôs que fossem reavaliados todos os serviços dos 21 municípios habilitados para desenvolverem as ações de média e alta complexidade, as suas pendências, bem como a questão do não cumprimento das exigências da Portaria. Solicitou uma reunião pontual com os 21 Secretários municipais, com os Coordenadores das Câmaras Técnicas e Coordenadores da CIB, para discutir sobre: 1 - quais os municípios com viabilidade de se manter no projeto de descentralização das ações; 2 - fixar os critérios de prazo para a regularização; 3 - adotar critérios pontuais de maior ou menor importância (prioridade) para determinados itens a serem cumpridos, tais como, a área física, recursos humanos e outros.

- A Diretora de Vigilância Sanitária, Raquel Bittencourt, explicou que a Diretoria constatou que os municípios não atendiam os itens exigidos para o desenvolvimento das ações, sendo que relatou à CIB sobre a situação, sugerindo que, caso continuasse as irregularidades, a Diretoria recomendaria a despactuação.

- Ficou agendada a reunião para o dia 12/04/06, para a discussão e os devidos encaminhamentos da questão.

• **INFORMES**

- a) HOSPITAIS FILANTRÓPICOS

- A Diretora de Regulação, Maria Teresa Locks, informou que o recurso recebido do Ministério da Saúde referente ao Programa de Reestruturação e Contratualização de Hospitais Filantrópicos foi repassado aos municípios em Gestão Plena. Destacou que a diferença de cerca de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), não repassada ao Estado, foi em virtude do problema existente no cadastro do Ministério em relação a algumas unidades, e que a SES já encaminhou documentação necessária para a regularização.

- O Coordenador CIB/COSEMS sugeriu que, embora o Ministério da Saúde tenha ampliado o prazo para a Contratualização do Hospitais Filantrópicos para 25/05/06, há necessidade de elaborar o mais rápido possível, o Plano Operativo o qual constará todas as questões técnicas que fazem parte do convênio.

- b) INCENTIVO ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

- A Diretora Maria Teresa informou que, após a aprovação das diretrizes do incentivo na última CIB, a SES tem discutido com os gestores, Regional de Saúde e o Prestador de Serviço para pactuar os planos de metas, tendo iniciado com as quarenta unidades que aderiram em 2005, para após discutir com os outros.

- c) PLANO DIRETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- A Diretora Raquel informou que o PDVISA atende uma diretriz da Conferência Nacional de Vigilância Sanitária/2002, tendo sido elaborado pelo CONASS, CONASEMS E ANVISA/MS. Mencionou sobre a proposta do Plano Operacional de Santa Catarina, que serão discutidos os cinco eixos temáticos do PDVISA com as macrorregionais, cujo objetivo será construir um Plano de Ação da Vigilância Sanitária para o Estado. Solicitou a participação dos Secretários na discussão do Plano.

- d) NOTA TÉCNICA SES/SC - PORTARIA MS/GM 493 (PACTO DOS INDICADORES)

- O Diretor Flávio Magajewisk informou que, com relação à Portaria do Pacto de Indicadores, a SES solicitou ao Ministério da Saúde a prorrogação do prazo para o dia 26/05/06, para a avaliação e pactuação, tendo em vista o atraso na publicação da Portaria que inviabilizou o cronograma estipulado pela mesma. Mencionou sobre o cronograma de reuniões macrorregionais solicitando aos Secretários que encaminhassem um corpo técnico qualificado para as referidas reuniões. Sugeriu que o Pacto de Gestão fosse utilizado como um grande

conjunto de informações, que pode servir como um instrumento de monitoramento do Sistema Municipal de Saúde para qualificar a gestão.

- e) **DEMANDA REPRIMIDA**

- O Gerente de Programação de Serviços e Credenciamentos, Arion Godói, informou que os municípios estão encaminhando os relatórios de demanda reprimida, porém muitos estão sendo devolvidos por não relatarem de forma detalhada o serviço reprimido em conformidade com a tabela SAI/SUS. Solicitou que fosse marcada uma data limite para a reunião com a SES e COSEMS a respeito.

- O Coordenador CIB/COSEMS disse que a assessoria técnica do COSEMS estará se reunindo com o Diretor de Políticas de Saúde da SES e com o material disponível, elaborará propostas para que na próxima reunião da CIB, seja apresentada de forma a operacionalizá-la.

- f) **ORTOPEDIA**

- O Coordenador CIB/COSEMS colocou que o tema refere-se a uma solicitação de Blumenau no sentido de analisar a possibilidade de pagamento da alta complexidade em Ortopedia, mediante processo administrativo a uma unidade (Hospital Santo Antônio) que constava do Plano Estadual, mas não credenciada anteriormente. Expôs as razões pelas quais não havia possibilidade de atender o pedido dizendo primeiramente, que o pagamento mediante processo administrativo não seria possível, visto que a SES tinha compromissos assumidos com outras especialidades que tomaram toda sua capacidade; a outra hipótese de pagamento via Ajuste CIB, não haveria possibilidade, pois os recursos são destinados apenas para a área ambulatorial. Tendo dito isto, sugeriu como única alternativa a pressão política/técnica através da CIB, dos Secretários de Saúde e do Colegiado junto ao Ministério. Propôs que a SES mantenha uma agenda com o Ministério da Saúde para discutir sobre as questões da Ortopedia e que o COSEMS, através de sua assessoria faça comunicação a todos os municípios que são prestadores credenciados no serviço, mais aqueles prestadores aprovados pelo Plano, para se fazerem presentes na reunião em Brasília, e que o Ministério saiba que foi uma solicitação da CIB.

- **ASSUNTOS GERAIS**

- A Secretária de Itajaí, Nausicaa da Silva Morastoni, informou sobre a realização do V Congresso de Secretarias Municipais de Saúde da Região Sul, nos dias 19, 20 e 21/04/06, em Itajaí, convidando os Secretários a participarem.

- A Secretária de Rio do Sul, Márcia Anacleto, solicitou que fossem pautadas as questões dos aparelhos de ultrassonografia que seriam remanejados das unidades que não estivessem utilizando-os, bem como a questão do Plano de Assistência Farmacêutica no que se refere a forma de recebimento dos medicamentos.
- O Secretário de Garopaba, Targino Henrique de Souza, encerrou a reunião dando boas vindas a todos os participantes do Encontro de Secretários Municipais de Saúde.

Nada mais havendo a tratar, eu, Lúcia Helena de Souza, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Coordenadores.

Florianópolis, 23 de março de 2006.